

**Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 13/2017/COAPP/SAS**  
Documento nº 00000.032081/2017-63

Em 29 de maio de 2017.

<b>Assunto:</b> 3ª Oficina de Planejamento e Acompanhamento do Progestão estado do Pará.
<b>Nº do Processo Progestão:</b> 02501.002740/2013-98
<b>Evento:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input type="checkbox"/> Videoconferência
<b>Local:</b> Sede da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Pará (SEMAS)
<b>Cidade:</b> Belém/PA
<b>Data:</b> 11 e 12/04/2017
<b>Instituições participantes:</b> SEMAS e ANA

**Relato**

1. A 3ª oficina de acompanhamento e planejamento do Progestão foi realizada na sede da SEMAS, com a presença da Diretora de Recursos Hídricos, Luciene Chaves, do Diretor de Meteorologia e Hidrologia, Antônio José da Silva Sousa, e demais participantes conforme lista de presença anexa.
2. Na oportunidade foi avaliada a situação de cumprimento das metas de cooperação federativa e de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual. As ações e dificuldades foram registradas em planilha eletrônica. A programação da oficina e a planilha com registro dos resultados encontram-se em anexo a essa Nota Técnica.
3. Na primeira parte da oficina, os técnicos apresentaram a situação de cumprimento das metas de cooperação federativa, conforme destacado a seguir.
4. Meta I.1 – Integração das bases cadastrais: o cadastramento no estado é auto declaratório pelo usuário que utiliza o CNARH 1.0 e posteriormente é aberto um processo junto à SEMAS. Entre as dificuldades enfrentadas para geração do número CNARH foram mencionadas: (i) declaração protocolada na SEMAS não consta no CNARH; (ii) dados preenchidos por determinados usuários divergem dos dados protocolados na SEMAS; (iii) vários itens, os quais são de responsabilidade do próprio usuário de recursos hídricos, estão pendentes; (iv) processo para solicitação de outorga indeferido ou arquivado, ou cancelamento de outorga emitida. O quadro abaixo sintetiza este cenário.

Ano	Quantidade de usuários regularizados	Número CNARH definitivos emitidos	Processos com problemas na declaração do CNARH	Meta do PROGESTÃO	Status do alcance da meta
2016	966	1.124	323	100%	100%

5. **Meta I.2 – Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas** as informações das águas subterrâneas consistem de campos complementares adicionadas ao CNARH 40. Algumas dificuldades foram registradas, como: (i) as ações relacionadas a esta meta só se iniciaram após a disponibilização do sistema do CNARH40; (ii) somente em 13/02/2017 foi informado o quantitativo da meta para a complementação de dados de 170 poços, no CNARH40, conforme quadro abaixo; (iii)

muitos processos de solicitação de outorga de uso de águas subterrâneas não possuem as informações técnicas dos poços; (iv) não há interação entre o CNARH40 e o SIAGAS 2.3 *off line* (a ser substituído pelo SIAGAS MODDAD *on line*), impossibilitando a utilização dos dados técnicos dos poços (campo ID SIAGAS) existentes na base da CPRM e repassados pela SEMAS.

Nº de poços outorgados em 2016	Nº de poços cadastrados no CNARH	Nº de poços com outorga no CNARH	Meta: complementação dos dados de poços com outorgas no CNARH	Dados complementados no CNARH	Status do alcance da meta
1.001	1.164	515	170	180	OK

6. **Meta I.3 – Contribuição para difusão do conhecimento:** as informações solicitadas anualmente foram enviadas à ANA no prazo solicitado. Essa é uma meta que está incorporada à rotina, segundo relatado.

7. **Meta I.4 – Prevenção de eventos hidrológicos críticos:** a Sala de Situação tornou-se parte do Centro Integrado de Monitoramento Ambiental - CIMAM unindo-se ao monitoramento de queimadas e de desmatamento do estado. Nesse contexto, os equipamentos da Sala de Situação, inclusive os de vídeo conferência, foram todos transferidos para o CIMAM, que fica localizado em área distinta ao prédio da SEMAS. Os boletins continuam sendo produzidos diariamente e encontram-se disponíveis na página da SEMAS (<https://www.semas.pa.gov.br/2017/03/21/boletim-hidrologico/>). O Pará dispõe de 11 estações de alerta instaladas a partir de um mapa de risco montado com o especialista em recursos hídricos da ANA, Marcelo Medeiros, no entanto, o estado tem a ideia de realocar a estação Buburá para local mais próxima a Itaituba. Registra-se que a SEMAS tem uma boa relação com a CPRM e conta com dois meteorologistas concursados: Antônio José da Silva Sousa (Diretor de Meteorologia e Hidrologia) e Saulo Carvalho. A bacia hidrográfica de Itacaiúnas é a bacia que requer atenção em relação a eventos críticos, uma vez que ocorre momentos de seca. Localizada na porção sudeste do estado (Região de Carajás), há nessa bacia a presença de grandes mineradoras como a Vale. Em relação à transmissão dos dados hidrometeorológicos, por vezes o NOAA informa positivamente sobre a emissão dos dados transmitidos, porém a ANA não tem registro do recebimento de alguns desses dados. Essa situação já foi relatada à SGH. Para 2017 o foco é a manutenção preventiva e a produção dos boletins diários.

8. **Meta I.5 – Atuação para segurança de barragens:** o cadastro de Segurança de Barragem foi complementado, atualizado e enviado à ANA com informações de 24 barragens, sendo que sete dessas foram classificadas quanto ao DPA. Foi elaborada a minuta de regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens incluindo os artigos 8º, 9º e 10, a fim de otimizar uma única regulamentação. Até a data de 5 de maio, a Assembleia Legislativa dará um retorno a respeito dessa proposta de regulamentação. As informações sobre as barragens foram enviadas satisfatoriamente por meio do sistema RM. Algumas dificuldades foram relatadas, como: (i) informações incompletas sobre as barragens tanto nos processos de licenciamento quanto de solicitação de outorga; (ii) metodologia para a geração da mancha DPA limitada para regiões com pouca diferença topográfica, como é o caso do Pará; (iii) a classificação quanto ao CRI não foi realizada, pois depende da regulamentação da PNSB; (iv) realização de reuniões entre as duas diretorias (DIREH/DLA) que gerenciam as informações de barragens.

9. Na segunda parte da oficina foi avaliada a situação das metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual, conforme destacado a seguir.

10. **Variáveis legais, institucionais e de articulação social:** neste grupo de variáveis, a capacitação setorial se apresenta como a mais desafiante. O estado optou pelo nível de exigência 3 que prevê um programa de capacitação em âmbito estadual para temas afetos aos recursos hídricos, realizado de modo contínuo. No entanto, o estado ainda se encontra no nível 2, possuindo um plano de capacitação que não está devidamente formalizado e também não é realizado de modo contínuo. Outro destaque é a recomposição do CERH que ocorreu em 2016 com um novo mandato, retomando as atividades em outubro de 2016, sendo realizadas duas reuniões em 2017. Vale destacar também a meta de comunicação e difusão social, na qual a SEMAS possui um canal do Youtube (Giro SEMAS, Minuto SEMAS etc.) no qual são apresentadas as diversas atuações do órgão gestor. Com relação à variável 1.10, destaca-se que a SEMAS vem se articulando com o setor de saneamento e sociedade civil, visando ações de enquadramento dos corpos d'água no estado.

11. **Variáveis de planejamento** os maiores desafios são as metas 2.3 e 2.4, pois ainda não existe no estado um planejamento estratégico que oriente as ações em recursos hídricos, bem como não há o Plano Estadual de Recursos Hídricos elaborado, apesar de já existir tratativas junto à SRHU e ANA para a licitação do mesmo. A intenção é que o PERH/PA apresente um caráter mais estratégico.

12. **Variáveis de informação e suporte** neste grupo de variáveis destaca-se que o estado já assinou o contrato do Qualiágua e que já foi realizada uma das campanhas planejadas para o 1º período do programa. Com relação ao Sistema de Informações, já estão em processo de licitação para a

contratação de empresa com a finalidade de desenvolver o módulo para automatização da outorga.

13. **Variáveis operacionais** destaca-se que a outorga será automatizada, de forma a facilitar a entrada dos processos pelos usuários e a análise pelos técnicos da SEMAS. Neste grupo de variáveis houve um retrocesso em relação à fiscalização. No primeiro ano do programa o estado encontrava-se no nível 5, no qual há fiscalização atrelada ao processo de regularização do uso da água, com estrutura específica e planejamento regular das ações de fiscalização. A partir de 2016 esse quadro mudou, pois houve uma reestruturação da SEMAS e a área de fiscalização foi retirada da Diretoria de Recursos Hídricos, migrando para a Diretoria de Fiscalização que contempla toda a SEMAS, incluindo os licenciamentos ambientais. Assim, a equipe é muito pequena para a adequada fiscalização e o nível atingido retrocedeu para o nível 4, ou seja, as fiscalizações decorrem basicamente em função de denúncias, não existindo planejamento regular.

14. No final da manhã do segundo dia da oficina, houve uma reunião com a Secretário Adjunto de Recursos Hídricos, Ronaldo Jorge da Silva Lima, na qual apontou-se a dificuldade de entendimento do CERH com relação à criação de Comitês de Bacia. Foi esclarecido que existe um grupo de formação de um Comitê no estado, mas este grupo ainda não conhece exatamente a função de um comitê de bacia e seu limite de atuação. Observou-se a necessidade de capacitação tanto do CERH como do referido grupo. Além disso foi reportada a dificuldade de contratações e de uso dos recursos financeiros do Progestão.

### **Principais encaminhamentos ou providências**

15. Com relação à capacitação setorial, a SEMAS vem participando do DesenvolveRH e pretende elaborar um programa utilizando a metodologia de capacitação por competências, a ser formalizado no âmbito do CERH.

16. A SEMAS iniciou a elaboração de um planejamento estratégico para a instituição.

17. Quanto ao PERH/PA, houve uma retomada da sua elaboração através da SRHU e já está agendada uma reunião em Brasília (maio/2017) entre a ANA e a SRHU. Foi informado, entretanto, que já havia sido encaminhado, internamente, o processo de contratação de empresa para elaboração do Plano.

18. Foi solicitado à ANA treinamento específico para instalação de lances de réguas visando as próximas fases do Qualiágua.

19. Com relação às ações de PDI, a SEMAS pretende se articular com as instituições de ensino e pesquisa para aderirem ao PROFÁGUA.

20. A ANA se comprometeu a apoiar a SEMAS para oferecer uma capacitação do CERH e do grupo de formação do Comitê.

### **Conclusões**

21. De maneira geral, a SEMAS não tem encontrado muitas dificuldades para atingir as metas pactuadas. No entanto, ainda tem problemas relacionados à falta de pessoal para execução de atividades, relacionadas principalmente com o cadastro de usuários e compartilhamento de dados de águas subterrâneas e com a segurança de barragens.

22. Outro aspecto que vale destacar é o empenho da SEMAS em realizar o seu PERH e a dificuldade em utilizar os recursos repassados pelo Progestão.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
ELMAR ANDRADE DE CASTRO  
Gestora do Contrato nº 045/ANA/2014  
Portaria ANA nº 046, de 22 de fevereiro de 2017

De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)  
LUDMILA ALVES RODRIGUES  
Coordenação de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)  
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES  
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

### 3ª OFICINA DE ACOMPANHAMENTO E PLANEJAMENTO DO PROGESTÃO - PARÁ

<b>Local:</b>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PA
<b>Data:</b>	Dia 11/04/2017 de 14:00h as 18:00h e dia 12/04/2017 de 08:00h as 12:00h
<b>Objetivo:</b>	Planejamento de ações para aprimorar a gestão dos recursos hídricos no estado e atingir os níveis das variáveis previstas no Progestão, conforme Quadro de Metas aprovado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, bem como a avaliação do andamento das atividades.
<b>Público alvo:</b>	Deverão participar da oficina os responsáveis pelas ações relacionadas às variáveis de gestão previstas no Quadro de Metas integrante do Contrato Progestão, no âmbito do <b>Sistema Estadual de Recursos Hídricos do Pará (SERH-PA)</b> e aqueles responsáveis pelo cumprimento das metas de cooperação federativa. Além destes é desejável a participação de membros atuantes do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), responsável pela aprovação do Formulário de Autoavaliação do Progestão.
<b>Resultados esperados:</b>	Espera-se, ao final dessa oficina, o estabelecimento de ações que permitam a consecução das metas federativas e estaduais pertinentes ao Progestão e consequente aprimoramento da gestão dos recursos hídricos no estado do Pará.
<b>Metodologia:</b>	<p><b>Análise das metas</b> – realizar uma análise crítica de cada uma das 5 metas de cooperação federativa bem como de cada nível das variáveis das metas estaduais previstas no Quadro de Metas, identificando as dificuldades e os desafios.</p> <p><b>Identificação de ações</b> – levantamento das atividades, ações e encaminhamentos necessários para atingir e/ou manter os níveis propostos no Quadro de Metas do Progestão, dentro do prazo de execução do programa, identificando os responsáveis, os prazos e as possíveis fontes de recursos necessários.</p> <p><b>Aplicação dos recursos transferidos pelo Programa</b> – apresentar a aplicação dos recursos já transferidos no âmbito do programa e identificar as ações que serão realizadas para atingir as metas utilizando os recursos do programa.</p>
<b>Infraestrutura Necessária:</b>	Sala de reunião compatível com a quantidade de pessoas convidadas e projetor para apresentações em PowerPoint.

#### PROGRAMAÇÃO

##### Dia: 11/04/2017 (terça-feira)

14h – 18h

Avaliação e identificação de desafios para o atingimento das metas de cooperação federativas:

- Meta I.1 – Integração de dados de usuários de recursos hídricos
- Meta I.2 – Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas
- Meta I.3 – Contribuição para difusão do conhecimento (Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil)
- Meta I.4 – Prevenção de eventos hidrológicos críticos
- Meta I.5 – Atuação para segurança de barragens

##### Dia: 12/04/2017 (Quarta-feira)

08h – 12h

Avaliação e identificação de desafios para o cumprimento das metas de gerenciamento de recursos hídricos em âmbito estadual para o 3º Período de Avaliação (2017);

Avaliação e identificação de desafios para a utilização dos recursos financeiros do Progestão;

Proposta de ações que deverão ser realizadas com os recursos do Progestão;

Esclarecimento de dúvidas.





METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META	VARIÁVEL	Ponto Focal/ANA	Ponto Focal/PA	Responsável no Órgão	INFORMAÇÕES LEVANTADAS	Ações propostas para garantir o cumprimento da meta		
							1ª Oficina (01/07/2015)	2ª Oficina (05/12/2016)	3ª Oficina (11 e 12/04/2017)
I.1	Integração das bases cadastrais	Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel e Maurício/SFI	Márcia Nascimento	COR (Coordenação de Regulação)	Compele ao usuário atualizar os dados de vazão outorgada junto ao CNARH 1.0, mediante condicionante de cada outorga.	Ampliar a equipe de apoio ao CNARH junto à SEMAS.	Conversar com a Raquel imediatamente.	Até 2015 havia 2.317 usuários regularizados e foram emitidos 1.860 números definitivos de CNARH. Possuem 529 declarações CNARH com problemas. Em 2016, 966 usuários foram regularizados e havia 1.124 usuários com CNARH definitivo, sendo que 323 tinham problemas na declaração. Os técnicos apontaram que sendo autodeclaratório a inserção dos dados no CNARH, ocorrem muitas inconsistências das informações. Algumas dificuldades para geração do número CNARH foram apresentadas pelos técnicos da SEMAS: (i) declaração protocolada na SEMAS não existe mais no CNARH; (ii) os dados preenchidos por determinados usuários estão totalmente divergentes dos dados protocolados na SEMAS com vários itens pendentes, os quais são de responsabilidade do próprio usuário de recursos hídricos; (iv) processo para solicitação de outorga indeferido ou arquivado ou a própria outorga emitida ter sido cancelada.
I.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Informações disponibilizadas para o SAS/SNIRH	Fernando Oliveira/SIP	Márcia Nascimento	COR	Há cadastro no SIAGAS através de ACT com a CPRM. Nível de informações sobre águas subterrâneas é muito precário. Problema técnico de arredondamento de coordenadas no SIAGAS (decimais dos segundos). O sistema não permite cadastrar poços muito próximos.	Responder questionário enviado pela ANA/Cosub.	A Márcia Pantoja virá para reunião em conjunto com a CPRM. ID SIAGAS definitivo.	Os técnicos apontaram algumas dificuldades em relação à essa meta: (i) as ações relacionadas a esta meta só se iniciaram após a migração no CNARH40 feito pela ANA; (ii) somente em 13/02/2017 foi informado o quantitativo da meta para a complementação de dados de 170 poços, no CNARH40; (iii) muitos processos de solicitação de outorga de uso de águas subterrâneas não possuem as informações técnicas dos poços; (iv) não interação entre o CNARH40 e o SIAGAS 2.3 off line (a ser substituído pelo SIAGAS MODDAD on line), impossibilita a utilização dos dados técnicos dos poços (campo ID SIAGAS) existentes na base da CPRM, repassados pelas SEMAS.
I.3	Contribuição para difusão do conhecimento	Dados disponibilizados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre e Laura/SPR	Edson Pojo	CIP	O estado está estruturando a área de qualidade da água. O Qualágua está em processo de negociação, aguardando a assinatura do Governador.	Encaminhar ofício nos moldes (formato e prazo) estabelecidos pela SPR/ANA.	Informações foram enviadas.	Informações foram enviadas.
I.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Manual Operativo da Sala de Situação elaborado e manutenção corretiva da rede telemétrica realizada	Alessandra e Vinicius/SOE e Fabrício/SGH	Saulo Carvalho e Antonio Sousa (Manual) / Antonio Sousa	COMUC (Coordenação de Hidrometeorologia e Mudanças Climáticas)	O Manual da Sala de Operação está estruturado. O sistema de monitoramento atende muito satisfatoriamente o acompanhamento das situações de cheias e de secas. Está prevista a contratação de um hidrólogo, no próximo concurso público. Há parceria/convênio com a Defesa Civil. Há disponibilidade de pessoal técnico especializado para manutenção das PCDs, oriundo de outros setores. Há necessidade de dois equipamentos de monitoramento de vazão, M9, para a plena realização das atividades pertinentes, conforme previsão contemplada no ACT correspondente.	Necessidade de equipe dedicada ao processamento, atualização e envio de dados da Sala de Situação, bem como para a realização das campanhas junto às PCDs.	Está sendo elaborado um espaço na página para abrigar os boletins hidrológicos e meteorológicos. Os boletins de queimadas já estão sendo disponibilizados. Está sendo desenvolvido um sistema próprio de informações hidrometeorológicas. Com relação ao gestor PCD será enviado um relatório sobre as estações que estão transmitindo o dado, mas não está sendo atualizado no Gestor PCD.	A Sala de Situação tornou-se parte do Centro Integrado de Monitoramento Ambiental - CIMAM, atuando também no monitoramento de queimadas e de desmatamento no estado. Nesse contexto, os equipamentos da Sala de Situação, inclusive os de vídeo conferência foram todos transferidos para o CIMAM, que fica localizado em área distinta do prédio da SEMAS. Os boletins contêm diários e estão na página da SEMAS ( <a href="https://www.semam.pa.gov.br/2017/03/21/boletim-hidrologico/">https://www.semam.pa.gov.br/2017/03/21/boletim-hidrologico/</a> ). Parâ tem 11 estações de alerta a partir de um mapa de risco montado com o Marcelo Medeiros, no entanto o estado tem a ideia de realocar a estação Buburá para mais próxima de Itaituba. O Pará tem uma boa relação com o CPRM e tem dois meteorologistas concursados na casa: Antônio José da Silva Sousa (Diretor de Meteorologia e Hidrologia) e Saulo. A Bacia hidrográfica de Itacaiunas é área que ocorre seca e fica no SE do Estado (Região de Carajás). Em relação a transmissão dos dados hidrometeorológicos, por vezes o NOAA transmite os dados, porém não é registrado através do Gestor PCD. Para 2017 o foco é a manutenção preventiva e os boletins diários.
I.5	Atuação para segurança de barragens	Cadastro de barragens estruturada e classificação das barragens realizada	Fernanda Laus/SRE	Márcia Nascimento	COR	Essas informações se encontram na Diretoria de Licenciamento - DILAP e na Diretoria de Recursos Hídricos - DIREH.	Levantar quais barragens se enquadram no escopo da PNSB, mediante dados de outorga e licenciamento.	Solicitação à ANA para estender o prazo para a elaboração do regulamento do artigo 9 e para a classificação.	O Cadastro foi complementado, atualizado, refinado e enviado a ANA com informações de 24 barragens, sendo que 7 barragens foram classificadas quanto ao DPA e nenhuma foi classificada quanto ao CRI. A DIREH elaborou a minuta de regulamentação do art. 9 da Lei 12.334/2010 e, após reuniões com a Diretoria de Licenciamento Ambiental, encaminhou para o Núcleo de Estudos Legislativos para análise. As informações para o RSB foram enviadas satisfatoriamente. Algumas dificuldades foram apresentadas: (i) falta de informações sobre as barragens nos processos de licenciamento e de solicitação de outorga para o cadastramento; (ii) metodologia para a geração da mancha DPA limitada para regiões com pouca diferença topográfica, como é o caso do Pará; (iii) a classificação quanto ao CRI não foi realizada, pois depende da regulamentação da Política Nacional de Segurança de Barragens; (iv) para a regulamentação do art. 9 da Lei 12.334/2010 houve a realização de reuniões entre as duas diretorias (DIREH/DLA) que gerenciam as informações de barragens.

METAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS EM ÂMBITO ESTADUAL

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Meta	Descrição da meta escolhida	Auto Avaliação				DESAFIOS?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	AÇÕES PROPOSTAS		
						2015	2016	2017	2018			1ª Oficina (01/07/2015)	2ª Oficina (05/12/2016)	3ª Oficina (11 e 12/04/2017)
<b>META II.1 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social</b> - São 5 variáveis de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (1.1, 1.2, 1.4 e 1.5)	5	1.1	<a href="#">Organização institucional do modelo de gestão</a>	3	Tem alguma área da Administração Pública atuando na gestão de recursos hídricos, a qual encontra-se razoavelmente estruturada, sem conflitos com obras, gestão ambiental ou com os setores usuários.	3	3	3		NÃO				
		1.2	<a href="#">Organismo(s) Coordenador/Gestor</a>	3	Os Organismos Coordenador e Gestor existem e são a mesma entidade, que está plenamente estruturada (dispõe dos recursos materiais e humanos necessários) e operante (todas atribuições institucionais são executadas satisfatoriamente)	3	3	3		NÃO		Aumento de demanda de trabalho em função da implementação da taxa de fiscalização dos recursos hídricos	Necessidade de reforço da equipe.	
		1.3	Gestão de Processos	2	O organismo gestor dispõe de processos gerenciais e administrativos com fluxo e procedimentos bem estabelecidos (normas, manuais, rotinas operacionais) para a execução de algumas de suas atribuições institucionais	2	2	2		NÃO	Existem procedimentos bem definidos para a outorga, mas que precisam de automatização.	Aperfeiçoar e formalizar os procedimentos existentes.	A formalização está sendo realizada. Processo de contratação de serviços de automatização dos processos.	Fase de licitação para contratação de empresa para automatizar os processos de outorga e de suporte à decisão.
		1.4	<a href="#">Arcabouço legal</a>	3	Há um arcabouço básico (política estadual de recursos hídricos estabelecida por Lei), e a maior parte dos dispositivos legais encontram-se regulamentados e atualizados	3	3	3		NÃO			Existem propostas de atualização de regulamentos, mas em função da reestruturação do Conselho Estadual ainda não foram concretizadas.	Recomposição das Câmaras Técnicas já foram aprovadas pelo CERH, faltando a publicação.
		1.5	<a href="#">Conselho Estadual de Recursos Hídricos</a>	4	Existe Conselho constituído e atuante na gestão das águas (diversas resoluções, moções e outras decisões tomadas) e funcionando em condições adequadas (reuniões periódicas, comparecimento satisfatórios dos seus membros)	4	4	4		NÃO	O Decreto que regulamenta o Conselho está sendo revisado, com proposta de alteração do mandato dos conselheiros para quatro anos.		O Decreto foi regulamentado e o CERH começou a se reunir em outubro/2016. Processo de regulamentação foi demorado atrapalhando as atividades do CERH. Teve renovação dos membros.	Cerh já está funcionando com as reuniões ordinárias (2 vezes em 2017). Foi realizada capacitação dos membros.
		1.6	Comitês de bacias e organismos colegiados											
		1.7	Agências de água e entidades delegatárias											
		1.8	Comunicação social e difusão	2	Existem algumas ações de comunicação social e difusão de informações em temas afetos à gestão de recursos hídricos, mas falta base técnica profissional e/ou planejamento para essas ações	2	2	2		NÃO	O site disponibiliza as informações pertinentes. Também há ações de divulgação e capacitação em todo o Estado, com a elaboração de cartilhas informativas.		Criação de um canal do Youtube (TV SEMAS), Facebook ....	Canal no Youtube (Giro SEMAS) criado. Facebook.
		1.9	Capacitação setorial	3	Existe programa de capacitação em âmbito estadual para temas afetos à gestão de recursos hídricos, devidamente formalizado, realizado de modo contínuo e baseado em estudos de determinação de demandas (ex. DNT)	2	2	2		SIM	Existe o programa de capacitação mas ainda não está formalizado.	Formalizar o programa perante o Conselho.	Participação do Desenvolve RH. Pretende se elaborar um programa utilizando a metodologia de capacitação por competências e formalizar em âmbito do CERH.	Participação do Desenvolve RH. Pretende-se elaborar um programa utilizando a metodologia de capacitação por competências e formalizar em âmbito do CERH.
		1.10	Articulação com setores usuários e transversais	2	Há alguma articulação do poder público com os setores usuários e transversais, mas restrita às atividades realizadas no âmbito do Conselho Estadual, dos Comitês e de outros organismos colegiados de recursos hídricos (associação de usuários, associações de açudes)	2	2	2		NÃO			Atuação junto à COSANPA e associações e consórcios municipais (saneamento).	Articulação com o setor do saneamento e sociedade civil para ações de enquadramento.

METAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS EM ÂMBITO ESTADUAL

METAS	Peso (%)	ID	VARIÁVEIS A SEREM AVALIADAS	Meta	Descrição da meta escolhida	Auto Avaliação				DESAFIOS?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	AÇÕES PROPOSTAS			
						2015	2016	2017	2018			1ª Oficina (01/07/2015)	2ª Oficina (05/12/2016)	3ª Oficina (11 e 12/04/2017)	
<b>META II.2 - Variáveis de Planejamento</b> - São 2 variáveis de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (2.1 e 2.2)	5	2.1	<a href="#">Balanço hídrico</a>	2	Há um conhecimento adequado das demandas e das disponibilidades hídricas sob domínio estaduais (águas superficiais e subterrâneas) em algumas áreas, por meio de estudos específicos ou planos de recursos hídricos	1	2	2		NÃO	Estão sendo levantados os usuários dentro de cada bacia hidrográfica.	Definir metodologia de estimativa de disponibilidade hídrica, levantar as demandas e executar o modelo chuva-vazão.	Balanço hídrico da bacia do rio Itacaiunas em 2015 e atualizado em 2016. Ampliar para outras bacias.	Estudo será ampliado para outras bacias hidrográficas do estado (bacias de rios afluentes ao rio Tocantins).	
		2.2	<a href="#">Divisão hidrográfica</a>	3	Há uma divisão hidrográfica reconhecida, confiável e formalmente estabelecida (por Lei, por Decreto ou por Resolução do Conselho Estadual)	3	3	3		NÃO	A Resolução 4/2008, emitida pelo Conselho, define a divisão hidrográfica.				
		2.3	Planejamento estratégico institucional	2	Há um planejamento estratégico aprovado para orientar as ações da Administração Pública (Secretaria e/ou Organismo Gestor) na gestão de recursos hídricos, mas ainda há necessidade de criar e/ou aprimorar os instrumentos e condições para sua efetiva implementação (indicadores, metas, monitoramento, agendas propositivas com os setores usuários e/ou transversais).	1	1	1		SIM	Ainda não existe esse planejamento.	A nova estrutura organizacional da SEMAS demonstra a intenção da instituição em elaborar o planejamento estratégico.	Existência de ação no PPA (2016 2019)	SEMAS iniciou a elaboração de um planejamento estratégico.	
		2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	3	Existe Plano Estadual de Recursos Hídricos aprovado pelo Conselho Estadual, mas ainda há necessidade de atualizações, revisões e/ou não existem instrumentos ou condições para sua implementação	2	2	2		SIM	Foi acertada com a SRHU a elaboração do Plano Estadual, via programa Interáguas. O TR já foi elaborado e ajustado em consonância pelo preconizado junto ao Banco Mundial.	Aguardar a não objeção pelo Banco Mundial para andamento do procedimento de escolha da empresa que elaborará o Plano Estadual.	Foi dada a não objeção, mas o recurso do Interáguas foi retido pela SRHU. O plano será elaborado em âmbito da própria SEMAS. Viabilizar uma reunião da ANA com o secretário titular e adjunto.	Proposta na SRHU foi retomada, mas já foi encaminhado internamente o processo de contratação para elaboração do Plano. Reunião está programada com a SRHU e ANA em Brasília (maio/2017).	
		2.5	Planos de bacia												
		2.6	Enquadramento											Projeto de estímulo à proteção de corpos d'água.	Projeto de estímulo à proteção de corpos d'água. Neste projeto pretende-se avaliar o enquadramento de mananciais de abastecimento de águas.
		2.7	Estudos especiais de gestão												
		2.8	Modelos e Sistema de Suporte à Decisão	2	Existem sistemas e/ou modelos de suporte à decisão operacionais em âmbito estadual, mas sua utilização é ainda relativamente limitada	1	2	2			NÃO	Existe um modelo ainda não automatizado.	Implantar o modelo chuva-vazão.	Existem modelos de suporte à decisão mas não totalmente automatizado.	Será incluído no sistema processual da outorga.
<b>META II.3 - Variáveis de Informação e Suporte</b> - São 2 variáveis de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (3.1 e 3.2)	20	3.1	<a href="#">Base cartográfica</a>	3	Além dos requisitos estabelecidos no Nível 2, dispõe ainda de uma base digital em formato vetorial para a gestão de recursos hídricos, proveniente da vetorização da cartografia sistemática (escalas de 1:1.000.000 até 1:25.000) produzida pelo IBGE ou DSG	3	3	3		NÃO	Utiliza a base do IBGE 2013, na escala 1:250.000. Para detalhamento, utiliza a base do DSG, na escala 1:100.000.	Utilizam a base do IBGE 2015 (1:250.000) e ANA 2013 (1:1.000.000). Previsão de melhorar a escala da base cartográfica (1:25.000).	Prevê-se melhoria na base cartográfica do estado.		
		3.2	<a href="#">Cadastrros de usuários e infraestrutura</a>	2	Existe cadastro de usuários (< 20% do universo de usuários cadastrados), mas não existe cadastro de infraestrutura hídrica	2	2	3		NÃO			Avallar se atingiram o nível 3.	Conforme a descrição da meta, atingiu nível 3.	
		3.3	Monitoramento hidrometeorológico	3	Existem redes pluviométricas e fluviométricas operadas em âmbito estadual, próprias ou mistas, bem como um planejamento para implantação, ampliação e modernização dessas redes, mas a cobertura é inferior a 30% da rede planejada	3	3	4		NÃO	A rede do Estado é mista.		Ampliação da rede meteorológica com recursos próprios. Pretendem ampliar a rede de eventos críticos para rios estaduais.	Modernizando a rede meteorológica do estado. Planejamento a nível do PPA estadual.	
		3.4	Monitoramento da qualidade de água	2	Existe uma rede de qualidade de água mantida em âmbito estadual com objetivo de avaliação de tendência, mas responde por menos 15% dos pontos previstos na Rede Nacional de Qualidade de Águas em operação conforme diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo Programa Nacional de Avaliação da Qualidade de Águas (PNAQA) e os dados gerados disponibilizados ao SNIRH	1	2	2		NÃO	O estado está estruturando a área de qualidade da água. O Qualiáguas está em processo de negociação, aguardando a assinatura do Governador.	Implantar o Qualiáguas.	Contrato Qualiáguas Assinado. Já foi realizado uma campanha (4 pontos).	Já foi realizada uma campanha em 2017. Solicitado a ANA treinamento para instalação de lances de réguas visando as próximas fases do Qualiáguas.	
		3.5	Sistema de informações	2	Existem informações sobre recursos hídricos organizadas e sistematizadas em bancos de dados, mas não existe ferramenta computacional que permita acessá-las e analisá-las em seu conjunto de forma a permitir sua utilização nos processos administrativos, gerenciais e de regulação do uso da água	3	3	3		NÃO	O Estado possui um sistema de informação com acesso via web, desde outubro de 2014.		Pretendese contratar serviço para desenvolver ferramentas de suporte à decisão.	Sistema em processo de licitação.	
		3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação	2	Existem algumas ações financiadas e/ou promovidas no âmbito do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, voltadas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico de seu interesse, mas essas não fazem parte de um plano ou programa mais amplo e estruturado	2	2	2		NÃO	Existe um acordo de cooperação técnica entre a ANA, a SEMAS e o Instituto Tecnológico Vale voltados ao monitoramento.			Articulação com as instituições de ensino e pesquisa para aderirem ao Profáguas.	
<b>META II.4 - Variáveis Operacionais</b> - Uma variável de atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (4.1)	20	4.1	<a href="#">Outorga de direito de uso</a>	3	Há emissão de outorga de direito de recursos hídricos para captação de água, bem como para lançamento de efluentes, tendo sido outorgados até 15% do universo de usuários	3	3	3		NÃO	Não se conhece o universo de usuários não regularizados.	Levantar, pelo cadastro de licenciamento ambiental e pelo CNARH, quais não se encontram outorgados, mediante cruzamento de informações.	Dificuldades em conhecer os licenciamentos municipais.	O processo de outorga será automatizado.	
		4.2	Fiscalização	5	Há fiscalização dos usuários outorgados atreladas ao processo de regularização do uso da água (cadastramento, outorga), estrutura específica e planejamento ou programação regular para desenvolvimento das ações de fiscalização	5	4	4		SIM	A despeito da mudança institucional ocorrida, a fiscalização continuará a ser realizada.	Articular com a Diretoria de Fiscalização para a manutenção do trabalho de rotina.	Com a reestruturação da SEMAS foi retirada a gerência de fiscalização, sendo esta realizada por outra diretoria que atende toda a SEMAS.	Equipe de fiscalização geral da SEMAS muito pequena. Necessidade de ampliar a equipe voltada à fiscalização dos recursos hídricos.	
		4.3	Cobrança												
		4.4	Sustentabilidade financeira do sistema de gestão												
		4.5	Infraestrutura hídrica												
		4.6	Gestão e controle de eventos críticos	2	Há infraestrutura e procedimentos instituídos para monitoramento de eventos críticos, mas ainda não há planejamento e execução de ações de controle e mitigação dos efeitos de eventos hidrológicos extremos	2	3	3		NÃO	A sala de situação está estrutura e mantém uma rotina bem satisfatória, seguindo o manual existente. Quanto as ações de controle e mitigação, existe uma parceria com a Defesa Civil que contempla esses interesses.	Realocar a sala de situação em um ambiente ainda mais estruturado para atender tanto às funções de rotina do setor quanto ao monitoramento de incêndios florestais.	Formalização de acordo de operação com a Defesa Civil e definição oficial de protocolo de atuação.	Existe articulação com a Defesa Civil, mas ainda não existe um protocolo oficial. Pretende se estabelecer esse protocolo, bem como com os defesas civis dos municípios.	
		4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos	3	Existe Fundo Estadual de Recursos Hídrico previsto em lei, já devidamente regulamentado, mas o mesmo ainda não está operacional	1	1	1		SIM	Existe apenas um Fundo Estadual para o Meio Ambiente.	Sugerir a criação de um Fundo Estadual de Recursos Hídricos.	Articular no âmbito do CERH a necessidade de criação do FERH.	Articular no âmbito do CERH a necessidade de criação do FERH.	
		4.8	Programas indutores												

LEGENDA:

[Variáveis sublinhadas](#)

Atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação